

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.471.525 - SC (2019/0078886-4)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : IVANILDA SABATKE SOARES
ADVOGADOS : FERNANDO ALEXANDRE SCHMITT - SC017502
WALDIR DE OLIVEIRA MOREIRA - SC032353
CRISTIANO ROSSETO DA SILVA - SC032355A
EMBARGADO : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADOR : IVAN SÃO THIAGO DE CARVALHO E OUTRO(S) - SC008379

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE MÉRITO. VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Ivanilda Sabatke Soares em face de decisão assim ementada (e-STJ fls. 721-725):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS NÃO COMPROVADA. ENTENDIMENTO MANTIDO PELA CORTE DE ORIGEM APÓS ANÁLISE DOS ASPECTOS FÁTICOS DOS AUTOS. REVISÃO NA VIA ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Nos presentes aclaratórios, a embargante alega que a decisão embargada contém erros materiais e contradições, dentre eles, "não se trata nos Autos de revolver conjunto fático-probatório, mas, ao contrário, a discussão quanto a valoração da prova nos Autos" (e-STJ fl. 739).

Impugnação aos embargos às e-STJ fls. 749-751).

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Sob esse enfoque, os presentes embargos declaratórios não merecem acolhimento, porquanto não evidenciada a ocorrência dos vícios apontados pela embargante.

O inconformismo da parte com a decisão embargada deve ser manifestado através do recurso próprio.

Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, a decisão embargada não contém nenhuma omissão, obscuridade ou contradição.

No mais, constata-se que todas as alegações trazidas nos embargos de declaração dizem respeito ao mérito da demanda, o que não pode ser objeto de reanálise em sede de embargos de declaração.

Advirta-se, por fim, que eventual oposição de novos embargos de declaração sem argumentação plausível para o recurso, apenas para solicitar rejulgamento da controvérsia, pode ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, **não conheço** dos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

